



248

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº 0005408-36.2014.8.17.0000 (336.179-9)

COMARCA: Garanhuns (1ª Vara Criminal)

IMPETRANTES: Béis. Andrey Stephano Silva de Arruda e Mário Carneiro de Arruda

PACIENTE: **Cesar Muniz Saraiva**

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PACIENTE DENUNCIADO COMO INCURSO NAS PENAS PREVISTAS DO ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. DESNECESSIDADE. NEGATIVA DE AUTORIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A MEDIDA CONSTRITIVA. PREDICADOS PESSOAIS DO PACIENTE QUE AUTORIZAM A LIBERDADE PROVISÓRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 310 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INADMISSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DE MATÉRIA ANTERIORMENTE JULGADA. NÃO CONHECIMENTO, POR SE TRATAR DE REITERAÇÃO (HC 321.903-2). DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de **habeas corpus** nº 336.179-9, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, em que figuram, como impetrantes, os Béis. Andrey Stephano Silva de Arruda e Mário Carneiro de Arruda e, como paciente, **Cesar Muniz Saraiva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 18/06/2014, por decisão unânime, em não conhecer a ordem do presente **habeas corpus**, quanto a alegada inexistência de motivos autorizadores para manter o decreto de prisão preventiva do paciente, por se tratar de reiteração, tudo conforme consta do relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.Des. **Antônio Carlos Alves da Silva**
Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº 0005408-36.2014.8.17.0000 (336.179-9)

COMARCA: Garanhuns (1ª Vara Criminal)

IMPETRANTES: Béis. Andrey Stephano Silva de Arruda e Mário Carneiro de Arruda

PACIENTE: **Cesar Muniz Saraiva**

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem ***habeas corpus*** preventivo, sem pedido liminar, impetrado pelos Béis. Andrey Stephano Silva de Arruda e Mário Carneiro de Arruda, inscritos na OAB/PE nºs 29.694 e 13.220, respectivamente, em favor de ***Cesar Muniz Saraiva***, qualificado às fls. 02 dos autos, o qual indica como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, juízo no qual o paciente responde a ação penal nº 0005723-89.2011.8.17.0640.

Relatam os impetrantes que o paciente outrora havia feito, por telefone, uma brincadeira com a vítima Douglas, o qual não gostou e passou a ameaçá-lo de morte. Por essa razão, foi residir na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, tendo, posteriormente, conhecimento de que contra si havia uma ação penal e fora decretada prisão preventiva.

Dessa forma, não teria o paciente nenhum envolvimento no homicídio do ofendido Douglas, pontuando que a própria vítima havia sido ameaçada por uma pessoa conhecida como "Serjão", uma vez que havia estuprado seus filhos. Além disso, o ofendido praticava furtos na região.

Esclarecem que a prisão preventiva foi decretada em desfavor do paciente ***"por não ter comparecido aos atos processuais no transcorrer deste processo, in casu, haja vista não ter recebido qualquer notificação deste juízo, o que de logo se comprometeu com a "revogação" não só em comparecer, como requerendo de logo o prazo de (10) dez dias para apresentação de sua defesa prévia"*** (fls. 05).

Desse modo, aduzem que o paciente sofre constrangimento ilegal, pois não existiriam motivos para que tenha sido decretada a sua prisão preventiva, considerando ser ele réu primário, ter bons antecedentes, com residência fixa e ocupação lícita.

Sustentam, finalmente, que em liberdade, ***"não atentará contra a ordem pública, não perturbará a realização dos posteriores atos processuais (o mesmo já foi citado na Comarca de Jupi conforme consta nos autos e já apresentou a defesa prévia conforme folhas supracitadas) e não prejudicará a aplicação da norma penal"*** (fls. 10).

Assim, o fundamento do presente ***mandamus***, cinge-se na pretendida revogação da prisão preventiva do paciente, eis que presentes os requisitos para a liberdade provisória, ***"para que o mesmo possa se apresentar ao juízo de Garanhuns/PE"*** (fls. 10).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

A impetração veio acompanhada dos documentos de fls. 11/205.

Registrados, autuados e distribuídos, vieram-me os autos conclusos em data de 05 de junho do corrente ano, ocasião em que solicitei informações à autoridade apontada coatora, nos termos do despacho de fls. 218/219.

Às informações prestadas pela autoridade coatora (fls. 227/231), seguiu-se parecer da Procuradora de Justiça opinando, preliminarmente, pelo não conhecimento e extinção do *writ*, reconhecendo-se a existência de litispendência entre o presente Habeas Corpus e aquele de nº 321.903-2, e, no mérito, pela denegação da ordem (fls. 235/240).

Em data de 16 de junho do corrente, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como exposto, o paciente **Cesar Muniz Saraiva** responde a uma ação penal por crime de homicídio duplamente qualificado no Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns.

No presente caso, os impetrantes questionam a decretação da prisão cautelar do paciente, sustentando que este não cometeu o delito em tela, bem como afirmam que estão ausentes os requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, além do paciente ostentar condições pessoais favoráveis, frisando que deve ser observado o princípio constitucional da presunção da inocência.

Pois bem. Compulsando os autos, e analisando os documentos coligidos ao feito, verifico que foi impetrado o ***habeas corpus*** autuado e distribuído sob o nº 0013289-98.2013.8.17.0000 (321.903-2), em favor do paciente, distribuído em 27 de novembro de 2013, a esta Relatoria, remédio o qual, assim como no presente *writ*, buscou combater a desfundamentação da do decreto que determinou sua segregação cautelar, enaltecendo, ainda, a negativa de autoria, a ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, o fato do paciente ostentar condições pessoais favoráveis e a aplicação do princípio da presunção da inocência. No julgamento do referido ***habeas corpus***, pela Segunda Câmara Criminal deste Sodalício, por unanimidade, foi denegada a ordem, em sessão de julgamento realizada no dia 15/01/2014, conforme informações obtidas no JUDWIN (movimento Processual do 2º Grau) e ementa a seguir transcrita, *verbis*: ✓

“EMENTA: Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. Habeas Corpus. Paciente denunciado pelo crime de homicídio duplamente qualificado. Ordem conhecida e denegada. Decisão unânime. 1) Incabível questionar-se a autoria do crime na estreita via deste writ. Há justa causa para a propositura da ação penal, pois há depoimentos de pessoas que asseveraram que o acusado, após um desentendimento com a vítima, praticou o homicídio e propagou seu feito perante



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

algumas pessoas. II) No caso em comento, verifica-se a necessidade de manutenção da prisão preventiva para se garantir a ordem pública e se assegurar a aplicação da lei penal, haja vista a gravidade do crime cometido com premeditação e a fuga do acusado do distrito da culpa. III) Consoante a Súmula nº 86 deste Tribunal de Justiça, as condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a decretação da prisão preventiva, como no caso em comento. V) Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada. Decisão Unânime.

Nesse contexto, tratando-se de argumento já examinado por esta Corte de Justiça, não há como conhecê-lo, pois, trata-se, de mera reiteração.

Sendo assim, a sua apreciação (reiteração) só se faz possível em face de apresentação de novos fatos ou fundamentos jurídicos, o que não se observou nos autos.

Nesse sentido, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“Habeas Corpus. Reiteração de pedido. 1 – Quando a impetração é mera reiteração de pedido anteriormente examinado, sem qualquer fato novo, não se conhece do pedido” (STJ, JSTJ 36/270)

Diante do exposto, meu voto é no sentido de não conhecer do pedido, quanto a alegada inexistência de motivos autorizadores para manter o decreto de prisão preventiva do paciente, por se tratar de reiteração.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator